

VOLUME
II

NOVOS TRABALHOS DE
EGIPTOLOGIA IBÉRICA

Imagem da capa:

Estela do escriba Iri (Império Novo, XVIII dinastia, c. 1300 a.C.)

Museu Calouste Gulbenkian - Inv. 160

© Museu Calouste Gulbenkian

Foto: Catarina Gomes Ferreira

Imagem da contracapa:

Estatuetas funerárias de faiança azul (chauabtis) de Nesipaheran (XXI dinastia)

Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

Título

Novos trabalhos de Egíptologia Ibérica

Edição

Luís Manuel de Araújo e José das Candeias Sales

Execução gráfica

Clássica - Artes Gráficas, Porto

Tiragem

500 exemplares

© Autores

Depósito legal

344729/12

ISBN

978-989-8068-11-8

EDITORES

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO
JOSÉ DAS CANDEIAS SALES

NOVOS TRABALHOS DE
EGIPTOLOGIA IBÉRICA

IV Congresso Ibérico de Egiptologia
IV Congreso Ibérico de Egiptología

INSTITUTO ORIENTAL e CENTRO DE HISTÓRIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Lisboa, 2012

ESTRATÉGIAS DE REFUNDAÇÃO DO ESTADO EGÍPCIO NA ÉPOCA PTOLOMAICA: A *AEGYPTIACA* DE MANETON

José das Candeias SALES

Universidade Aberta
jcsales@clix.pt

Resumo: *A Aegyptiaca* ou *História do Egípcio* de Maneton, redigida em grego, cerca de 280 a.C., no reinado de Ptolomeu II Filadelfo, constitui um documento fundamental sobre a vida política, social e religiosa dos antigos Egípcios e um instrumento vital na acção estratégica de redefinição e refundação do Estado egípcio. No sentido de isolarmos cabalmente as perspectivas múltiplas e cruzadas que convergem e que emergem desta obra, parece-nos essencial considerar as suas condições de produção, transmissão e recepção. A «arqueologia» da produção permitir-nos-á clarificar os principais objectivos da redacção manetoniana e, a partir daí, compreender os mecanismos propagandístico-ideológicos que ela serviu e utilizou.

Palavras-chave: Egípcio ptolomaico; Estado; Maneton; propaganda; ideologia.

A «época de ouro» da monarquia lágida no plano das realizações materiais e espirituais (*grosso modo* os reinados dos três primeiros Ptolomeus) foi acompanhada pela adopção de outras estratégias de consolidação da realeza ptolomaica nos quadros sócio-culturais egípcios onde se integra a redacção da *Aegyptiaca* ou *História do Egipto* de Maneton, redigida em grego, c. 280 a.C. (reinado de Ptolomeu II Filadelfo).

Conhecida através de cópias de cópias, a *Aegyptiaca* foi, durante algum tempo, subalternizada e menosprezada como fonte histórica credível, sendo as suas informações seriamente questionadas. Depois, porém, paulatinamente, a recepção do texto foi-se alterando e começaram a ser aduzidos muitos argumentos favoráveis à validade e plausibilidade das observações de Maneton¹. Rapidamente, deu-se início à reabilitação, pelo menos parcial, do antigo sacerdote egípcio e do seu texto².

O texto original completo de Maneton perdeu-se realmente, mas sabe-se que, copiado e recopiado em manuscritos, foi muito apreciado na Antiguidade. O autor era conhecido e prestigiado e foi, em muitos casos, uma referência incontornável e até mitificada para muitos intelectuais posteriores (até à Idade Média), sobretudo, obviamente, quando a temática se referia directamente ao milenar Egipto e/ou aos vários povos que com ele se haviam, pacífica ou violentamente, relacionado.

Com efeito, a obra de Maneton foi compulsada pelos cronógrafos das épocas romana e bizantina e subsistem ainda hoje alguns fragmentos, extraídos de transcrições e citações feitas por historiadores e compiladores de épocas posteriores de considerável destaque, como, e apenas para citar os mais conhecidos, o historiador judeu Flávio Josefo, do século I³, o cronista cristão de inícios do século III (c. 220), Sexto Júlio, *o Africano*⁴, ou o bispo Eusébio de Cesareia, dos séculos III/IV (c. 320)⁵. No entanto, mesmo estes autores só são

¹ Para os defensores de Maneton, os erros que se constatarem no seu texto não lhe devem ser imputados, mas sim aos posteriores copistas; cf. Tavares (1983: 34, 35).

² Cf. Gardiner (1961: 46). No fundo, o primeiro grande defensor de Maneton foi Jean-François Champollion que, na 2ª edição do seu *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens*, onde define de forma penetrante e concisa o sistema hieroglífico, publicado em 1828 (a 1ª edição é de 1824), anunciou a descoberta em vários monumentos de cartelas de reis manetonianos: Achoris, Neferités, Ramsés, Tutmés, Osorkon, Chechonk, Amenhotep... (cf. *Ibid.*, 47).

³ Algumas passagens de Maneton foram citadas ao serviço da sua apologia da história judaica nas *Antiguidades Judaicas* e no *Contra Ápion*, por volta de 93-94 d.C.

⁴ Sexto Júlio incorpora citações de Maneton em *Cronografias*, o primeiro ensaio de sincronismo da história do mundo, desde as origens até 221 d.C.

⁵ O «pai da história eclesíástica» socorre-se de Maneton para as suas *Cronologias*, que se estendem até ao século IV (323). O único texto que nos chegou intacto da sua obra

conhecidos indirectamente graças à *Écloga Cronográfica* – história do mundo desde a Criação a Diocleciano – de Georges, o Monge, ou Georges Sincelo, secretário privado (*synkellos*) de Tarasius, patriarca de Constantinopla, entre 784-806, que, através deles, utiliza fragmentos de Maneton⁶.

A transmissão e recepção do texto de Maneton, dependente, portanto, de uma tradição indirecta, estiveram sujeitas a várias reformulações, adulterações e finalidades, o que torna difícil a determinação exacta do que é autêntico e do que é espúrio e corrupto⁷. Colocam-se, de facto, algumas dificuldades no que diz respeito aos fragmentos que subsistiram. Alguns dos autores distorcem de tal forma as informações que é difícil encontrar nelas o genuíno Maneton⁸. Entre eles, há quem incorpore os extractos manetonianos em discurso directo; outros preferem o discurso indirecto⁹.

é uma versão arménia do século VI. Para muitos autores, é a mais importante fonte de transmissão da obra manetoniana (Cf. Sales, 2005: 75.) Sobre outros autores antigos e medievais que preservaram menções a Maneton, vide a utilíssima lista apresentada por Verbrugge, Wickersham (2000: 210-212).

⁶ Cf. Gardiner (1961: 46).

⁷ Até o próprio nome de Maneton, em grego, surge nos manuscritos de várias formas: Μανεθώς (ex.: em Flávio Josefo) e muitas vezes Μανέθων (ex.: em Eusébio), embora em grego «Maneton» seja a forma mais apropriada – Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: VIII). As fontes latinas oferecem também várias transcrições: Manethon, Manethos, Manethonis e Manetos. As várias formas do nome incorporam as inflexões gregas e latinas aplicadas a uma base egípcia. Durante muito tempo, o nome foi interpretado como «Amado de Tot», «Verdade de Tot» ou «Dom de Tot», evocando, assim, uma associação com o deus da sabedoria e inventor dos hieróglifos, segundo a tradição egípcia – Cf. Waddell (1948: IX) – ou como «Amado de Neit», «Amante de Neit», ligando-o à grande deusa egípcia de Sais – Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: 95); Jiménez Fernandez, Jiménez Serrano (2008: 20, 21). Donald B. Redford exclui, porém, todas as derivações e significações teóforas a partir do nome divino de Tot e advoga que o nome Μανεθω(ς/ν) deriva do egípcio *mry-ntr-ꜥ3*, numa forma dialectal do Baixo Egípto, significando «Amado do deus» – Cf. Redford (1986: 118-121).

⁸ Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: 115, 116). O anti-judaísmo que Flávio Josefo atribui a Maneton, por exemplo, não deve ser de todo aceite e atribuível ao sacerdote egípcio, porque anacrónico e dispensável. No fundo, os utilizadores de Maneton, mais do que genuinamente interessados na história do Egípto, estavam interessados naquilo que poderiam recolher como auxílio para os seus argumentos particulares (sobretudo nas polémicas entre judeus e gregos), para o cálculo de determinadas datas ou para a demonstração de alguns acontecimentos narrados no Antigo Testamento – Cf. Jiménez Fernandez; Jiménez Serrano (2008: 48, 49, 52).

⁹ Flávio Josefo, por exemplo, no *Contra Apion*, recorre aos dois processos. Os §§ 75-82, 94-102a e 237-249 encontram-se em discurso directo, ao passo que o discurso indirecto surge patente nos §§ 84-90, 232-236 e 251 – cf. Waddell (1948: XVII e XVIII).

Uma característica comum a todos os «reutilizadores» da *Aegyptiaca* quando se referem à obra de Maneton é indicarem expressamente a parte (o livro) de que tiraram os seus informes, numa indubitável indicação do conhecimento, supostamente profundo, que detinham da obra e da autoridade que esta gozava e lhes merecia nos assuntos relativos ao Egito na Antiguidade mais recuada¹⁰. É, aliás, com base nestas referências de autoridade, que a hodierna exegese aceita a existência formal de «três livros» de Maneton¹¹ – o que pressupõe um original suficientemente vasto para justificar estas divisões internas – e reagrupa os fragmentos dispersos precisamente em três volumes ou livros (τόμοι): o primeiro compreende os reinados dos deuses, dos semideuses e dos primeiros faraós (até à XI dinastia)¹²; o segundo, abarca as dinastias XII-XIX¹³; o terceiro volume debruça-se sobre as dinastias XX-XXX¹⁴.

Não nos interessa aqui discutir o hodiernamente reconhecido valor histórico da obra de Maneton, nem os critérios em que assenta tal reconhecimento, nem o seu valor como fonte para o estudo da história do antigo Egito, nem a origem da divisão dos reis do passado egípcio em 30 dinastias, nem tampouco fazer a exegese aprofundada dos fragmentos que nos chegaram em busca das suas estruturas narrativas ou dos métodos e técnicas de transcrição e/ou tradução dos nomes próprios de faraós e outras personagens, mas tão só

Em relação à obra de Flávio Josefo, diga-se a propósito que visava essencialmente demonstrar apologeticamente a antiguidade dos Judeus em relação aos Gregos e aos Egípcios e que o processo de explicação-argumentação do autor consiste no refutar de afirmações produzidas por escritores anteriores (Maneton, Queremon de Alexandria, Lisímaco de Alexandria, etc.) sobre ou contra os Judeus.

¹⁰ São disto exemplos, a partir de Waddell, os Fragmentos 34 (de Sincelo, segundo *o Africano*), 35 (de Sincelo, segundo Eusébio), 36 (de Eusébio), 42 (de Flávio Josefo), 57 a (de Sincelo, segundo *o Africano*), 57 b (de Sincelo, segundo Eusébio), 57 c (de Eusébio), 75 a (de Sincelo, segundo *o Africano*), 75 b (de Sincelo, segundo Eusébio) e 75 c (de Eusébio).

¹¹ Como escreveu Eusébio em *Chronicon*: «From Manetho's three books concerning Egyptian memorabilia» (Cf. Verbrugge, Wickersham, 2000: 124, T 8c = Jacoby, *FGrHist* 609, T8b).

¹² Cf. Waddell (1948: 2-65; Fr. 1-32 a).

¹³ Cf. *Ibid.* (66-152; Fr. 34-56 a).

¹⁴ Cf. *Ibid.* (152-187; Fr. 57 a-75 a). Sobre os 3 volumes da *Aegyptiaca* de Maneton, Cf. também Verbrugge, Wickersham (2000: 99, 100) e Jiménez Fernandez, Jiménez Serrano (2008: 25-27). Em relação ao número exacto de dinastias mencionadas no trabalho de Maneton, as fontes antigas, nomeadamente em Sincelo, registam uma ligeira «flutuação» (erro?): na *Ecloga Chronographica* 95, 97 e na 73, 14 fala de «trinta dinastias» (Cf. Jacoby, *FGrHist* 609, T10 = Waddell, 1948, Appendix III e Jacoby, *FGrHist* 609, F25 = Waddell, 1948, Appendix I, respectivamente), enquanto na 486 fala de «trinta e uma dinastias» (Cf. Jacoby, *FGrHist* 609, T8e = Waddell: 1948, 184, 185, nota 1).

enquadrar a sua produção nos debates e nas preocupações do seu tempo, isto é, descortinar as principais motivações inerentes à sua produção e inferir os principais objectivos que, em nossa opinião, estão subjacentes à sua elaboração.

O que levou Maneton a escrever uma narrativa histórica do Egipto, em grego, algo que não era habitual na tradição egípcia? Porque é que Maneton a escreveu e o que pretendia alcançar com ela? São estas, no fundo, as questões-base que colocamos aqui.

Um dado fundamental a ter, desde logo, bem presente é que o texto de Maneton foi elaborado com uma intenção particular, num contexto particular, por encomenda de Ptolomeu II Filadelfo no início do século III a.C.¹⁵: o Egipto lágida estava envolvido num conflito directo com os Selêucidas pelo domínio do Mediterrâneo oriental que acabaria por levar à guerra com Antíoco I Sóter da Síria (Primeira Guerra Síria: 274-271 a.C.) e cada uma das monarquias reivindicava a maior antiguidade para o espaço geográfico que dominava, com o objectivo de, além da vantagem de exploração económica, assim alcançar uma superioridade moral sobre o seu opositor e, dessa forma, uma legitimidade política acrescida na luta pela «governo universal».

Como refere Eusébio, «(...) *Aegyptii praerogativa antiquitatis quadam seriem ante diluuium tenere*» («(...) os Egípcios reclamam a prerrogativa da antiguidade que têm desde antes do Dilúvio»)¹⁶. Este traço da «antiguidade» dos Egípcios funcionou como um dos principais motores de atracção e de utilização da narrativa manetoniana, na medida em que ela fornecia uma detalhada cronologia dos antigos Egípcios. Eusébio valoriza este aspecto¹⁷, tal como o fazem Sincelo¹⁸ e o autor anónimo da *Excerpta*¹⁹.

¹⁵ Cf. Jacoby, *FGrHist* 609, T11c.

¹⁶ Waddell (1948, 6 e 7; Fr. 1) = Jacoby, *FGrHist* 609, T8a.

¹⁷ Cf. Waddell (1948, Fr. 1) = Jacoby, *FGrHist* 609, T8a.

¹⁸ Cf. Waddell (1948, Fr. 3) = Jacoby, *FGrHist* 609, T11b. O Fr. 6 de Sincelo é particularmente revelador, por um lado, da importância das questões cronológicas para os primeiros autores monásticos que pretendiam encaixar os relatos bíblicos em antigas cronologias como a egípcia e, por outro, do valor da consulta da obra de Maneton que, apesar de remontar a épocas impensadas e por isso inacreditáveis, é escrutinada como obra-referência: «(...) o conhecimento dos períodos abrangidos pelas dinastias egípcias (...) é necessário para aqueles que se ocupam das investigações cronológicas. (...) as dinastias tomadas da História de Maneton aparecem em historiadores eclesiásticos com discrepâncias face aos nomes dos reis e à duração dos seus reinados.» – Waddell (1948, Fr. 6) = Jacoby, *FGrHist* 609, F2).

¹⁹ Sublinhando este vector da «antiguidade», na *Excerpta Latina Barbari*, fol. 38a, um anónimo escriba, muito dependente presumivelmente de Sexto Júlio, o Africano, regista também: «Consideramos a monarquia egípcia a mais antiga de todas as monarquias.

Do lado selêucida, coube a Berosso, um sacerdote de Marduk ou Bel em Babilónia²⁰, dedicar a sua *Caldaica* (Χαλδαϊκῆ) ou *História da Babilónia* – também em três livros escritos em grego – ao rei Antíoco I Sóter, cerca de 281 a.C. A *Aegyptiaca* de Maneton e a *Caldaica* de Berosso, similares em «espírito», são, pois, a expressão historiográfica da rivalidade ptolomaico-selêucida («guerra dos livros») e são fruto da «corrente intelectual» que no século III a.C. tendia a integrar a nova cultura helenística no velho mundo bárbaro²¹.

Ambas as obras, compostas na fase inicial dos novos governantes helenísticos, foram parcialmente bem sucedidas em preservar as antigas tradições mesopotâmica e egípcia para os novos senhores (de origem macedónica) dos seus países²². A obra de Maneton (como, aliás, a de Berosso) era «filha do seu tempo»: usava as genealogias reais disponíveis nos registos do seu tempo e estendia-as até tempos míticos (dos deuses e dos semi-deuses) com o objectivo de glorificar o seu próprio país e o seu passado aos olhos e aos interesses de Gregos e leitores do grego²³.

A ideia que a posteridade fixou e difundiu, como elementos de autoridade e rigor associados, foi que Maneton estava bem documentado, era credível e que a sua *Aegyptiaca* fora composta sistematicamente utilizando documentação historiográfica primária e em primeira mão (directa) do período faraónico²⁴:

Registamos o seu início, tal como é dito por Manetho – Cf. Verbrugge, Wickersham (2000, 154, F 5) = Waddell, 1948, Fr. 4. = Jacoby, *FGrHist* 609, F4.

²⁰ Bel era outro dos nomes conferido a Marduk, o deus principal de Babilónia, senhor de todos os deuses e de toda a criação. Babilónia tornara-se para os Selêucidas a capital intelectual de referência.

²¹ Cf. Gómez Espelosín (1997: 180).

²² Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: 8).

²³ Escritas sob subvenção real, ambas as obras são testemunhos da historiografia helenística ao serviço do poder político ou, dito de outra forma, da instrumentalização dos informes históricos pelos (novos) poderes políticos. Mais tarde, Flávio Josefo referir-se-á aos dois como autores ἀρχαιολογίαι, que poderíamos, neste contexto, traduzir também por «fundadores».

²⁴ Málek (1997: 7). O próprio Flávio Josefo procurava no texto de Maneton provas de «aspectos importantes relacionados com os registos egípcios» sobre os antigos Judeus; cf. Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 15, 16, § 104 = Waddell (1948, Fr. 50) = Jacoby, *FGrHist* 609, T7c). Embora recorra abundantemente a Maneton, Flávio Josefo utiliza-o com alguma ambivalência, consoante os seus próprios objectivos e interesses. Tanto refere a «improbabilidade do seu falso relato», quando Maneton confere crédito a lendas, tradições orais e informações avulsas – Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, § 267 = Waddell (1948, Fr. 54) = Jacoby, *FGrHist* 609, T7b –, como reconhece que «quando Maneton seguiu os registos antigos não se afastou da verdade» – Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, § 287 = Waddell (1948, Fr. 54) = Jacoby, *FGrHist* 609, T7b.

Em Maneton temos alguém que é nativo do Egipto e também versado na língua grega, como é evidente na história da sua pátria que escreveu em grego, traduzida, como ele próprio diz, de tabuinhas²⁵ sagradas, na qual condena Heródoto por ter-se equivocado por ignorância em muitos aspectos da história egípcia²⁶.

Noutra passagem, Flávio Josefo volta a mencionar/valorizar esta questão do acesso directo às antigas fontes egípcias, dizendo que Maneton «traduziu a história do Egipto dos livros sagrados»²⁷ ou que «seguiu os antigos registos»²⁸. Movimentando-se nos círculos mais cultos da sociedade egípcia da época, Maneton conhecia a antiga escrita hieroglífica, condição *sine qua non* para penetrar no pensamento e nas fontes dos arquivos egípcios – aspecto essencial que faltou, por exemplo, a Heródoto de Halicarnasso²⁹, a Hecateu de Abdera³⁰

²⁵ Devemos entender aqui «tabuinhas» num sentido muito amplo de inscrições ou registos, em pedra, papiro ou outros suportes, incluindo relevos e inscrições monumentais – Cf. Redford (1986a: 227, 228).

²⁶ Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 73, 74 = Waddell (1948, Fr. 42) = Jacoby, *FGrHist* 609, F1.

²⁷ Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 228 = Waddell (1948, Fr. 54) = Jacoby, *FGrHist* 609, T7b.

²⁸ Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 287 = Waddell (1948, 54) = Jacoby, *FGrHist* 609, T7b. Como Verbrugge e Wickersham, aceitamos que «only Manetho represents a complete and systematic version of native Egyptian tradition» – Verbrugge, Wickersham (2000: 120).

²⁹ Heródoto percebeu, porém, quão importante era este acesso directo aos «livros» egípcios antigos e referiu-o no seu *Inquérito*: «(...) os sacerdotes citaram-me, a partir de um livro, os nomes de 330 outros reis» (Heródoto, II, 100).

³⁰ É hoje defendido que Hecateu de Abdera, filósofo e historiador grego do século IV a.C., também conhecido como Hecateu de Teos, que escreveu a sua *περι Αιγυπτίων*, cerca de 317 a.C., talvez a pedido de Ptolomeu, a quem serviu como diplomata, se baseou em fontes egípcias para rever a narrativa herodotiana. A sua narrativa («edifying novel») tem sido descrita como uma tentativa «to establish the superiority of the kingdom ruled over by Soter» – cf. Fraser (1972: 504) – ou «a work of propaganda portraying Egypt in a light which would appeal to Greek, and perhaps Egyptian, educated opinions» – Murray (1970: 166). Trata-se de uma interpretação do Egipto faraónico em termos de doutrina política grega, com objectivos eminentemente político-filosóficos – Schepens (1983: 352, 353). A sua ignorância do egípcio não lhe teria possibilitado entender na totalidade as informações com que se deparou, pelo que, mesmo com algumas emendas, a visão do Egipto continuou praticamente a mesma que Heródoto captara e estabeleceu. Embora Hecateu critique explicitamente Heródoto na sua obra (pela sua preferência por histórias romanceadas, em detrimento da «verdade») e tenha tido diferentes objectivos com o seu trabalho, ainda assim, para P. M. Fraser, «Hecataeus depended closely upon Herodotus for much of his information» – Fraser (1972: 504). Apesar disso, foi uma das fontes principais do primeiro livro da *βιβλιοθήκη Ἱστορική* de Diodoro da Sicília, no século I, e gozou de grande popularidade entre os intelectuais;

ou a Agatárquides de Cnido³¹. Além disso, não terá enjeitado, como o *Africano* pretende, o recurso à «tradição oral» e a «mitos e lendas» e «incríveis histórias» disponíveis no seu tempo³².

Não é possível, porém, com total segurança, identificar as *sebaiut aaut* (*sb3ywt* Ⲛwt) ou ἑκ τε τῶν ἱερῶν («tabuinhas sagradas») com que o sacerdote egípcio efectivamente trabalhou para escrever a sua «história pátria» (ὑπ' ἀγνοίας) e emitir um juízo categórico sobre a utilização que delas fez. Sabemos, todavia, que, no século III a.C., estavam seguramente ao seu dispor papiros dos arquivos dos templos (anais, livros sagrados contendo liturgias e poemas), narrativas variadas (de profecias e literatura sapiencial a autobiografias reais e particulares), inscrições hieroglíficas e demóticas de vária ordem, trabalhos parietais em diferentes lugares templários³³. Sabemos que, como erudito sacerdote egípcio, tinha acesso às bibliotecas e arquivos dos templos e que como conhecedor das antigas escritas (hieroglífica e hierática), os podia, ao contrário de Heródoto, ler e utilizar directamente. Coerentemente, os elencos dinásticos manetonianos³⁴:

cf. Burstein (1992: 45-49); Murray (1970: 144, 145). Vide também Gómez Espelósín (1997: 166-168) e Dillery (1999: 93).

³¹ «Agatharchides was a curious and not wholly reliable author, well able to pick up, embellish, and even perhaps invent picturesque customs» (Murray, 1970: 154). Secretário de Heraclido Lembus, em meados do século II a.C., não escreveu uma história dos Ptolomeus, mas fez várias observações sobre a sua política, a partir da sua própria experiência pessoal; cf. Fraser (1970: 516).

³² Cf. Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 93-105 = Jacoby, *FGrHist* 609, F9 = Waddell (1948, Fr. 50); Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 229 = Jacoby, *FGrHist* 609, F10a = Waddell (1948, Fr. 54) e Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 287 = Jacoby, *FGrHist* 609, F10a = Waddell (1948, Fr. 54).

³³ Cf. Dillery (1999: 93, 98).

³⁴ Como é sabido, foi Maneton que na *Aegyptiaca* dividiu os 193 reis do antigo Egipto por si mencionados (desde Menés até à Segunda Dominação Persa) em τριάκοντα δυναστείας, «trinta dinastias». Embora não seja possível apurar com rigor o conceito inerente ao termo *dynasteia* por ele usado, pela primeira vez, diga-se, é vulgarmente aceite que a sua divisão cronológica não é fruto do acaso ou de uma opção arbitrária e que o seu sistema é, de uma qualquer forma, filho de uma divisão dinástica mais antiga; cf. Baud (2000: 33); Málek (1997: 14); Verbrugghe, Wickersham (2000: 98). A classificação manetoniana em dinastias, numerada de I a XXX, permanece, assim, o contributo mais conhecido trazido pela sua obra, na medida em que foi adoptada, com algumas modificações, no âmbito das datações cronológicas da moderna Egíptologia, sobretudo para o estabelecimento da sucessão de eventos de carácter político-militar; Cf. Moulin (1991: 77). Além disso, mesmo quando apresentam os nomes dos governantes em versões derivadas de modernas transcrições, muitos autores continuam a mencionar a onomástica empregue por Maneton. Os nomes por ele usados tornaram-se, assim, autênticas convenções de referência; cf. Verbrugghe, Wickersham (2000: 120).

foram confirmados por outros documentos cronológicos posteriormente descobertos, como o *Papiro de Turim*, a *Pedra de Palermo*, a *Tabela de Sakara*, as duas *Tabelas de Abidos* e a *Lista Real de Karnak/Câmara dos Antepassados*.

A plausibilidade dos informes de Maneton, a clara organização cronológica dos eventos referidos, o modelo de transcrição onomástica e a sua correspondência com os elementos fornecidos pelas listas reais citadas sugerem que mesmo salvaguardando algumas diferenças e discrepâncias, o sebenita usou fontes semelhantes às que estas utilizaram, senão mesmo as mesmas, ou, até, muito provavelmente, que algumas delas figuravam entre as fontes das listas genealógicas do sacerdote do século III a.C.³⁵

Capaz de «ressuscitar» e preservar a tradição histórica egípcia e de a dar a conhecer em grego, devido ao seu bilinguismo («homem de duas culturas»)³⁶, Maneton aceitou a incumbência real («em obediência ao teu [de Ptolomeu II] pedido»³⁷), certamente consciente da sua importância e do seu significado para o novo poder político. Numa pretensa carta escrita ao rei Ptolomeu II Filadelfo, o sacerdote egípcio descreve-se a si próprio, segundo Sincelo, como «sumo sacerdote e escriba dos lugares sagrados do Egípcio, nascido em Sebenitos e oficiando em Heliópolis»³⁸ e refere: «é meu dever, grande rei, reflectir sobre tais assuntos como me incumbiste de investigar, assim como investigas o futuro

³⁵ Étienne Drioton e Jacques Vandier, na obra *L'Égypte. Des origines à la conquête d'Alexandre*, Paris, PUF, 1975: 627-632, fornecem uma utilíssima «liste chronologique des rois d'Égypte», anotada, estabelecendo as correspondências entre a nomenclatura dos faraós egípcios fornecida pelos monumentos egípcios, pelo *Cânone de Turim* (T), pelas *Listas de Abidos* (A) e de *Sakara* (S) e por Maneton. Também o «Appendix. The Kings of Egypt from Manetho, the king-lists and the monuments», apresentado por Sir Alan Gardiner (1961: 429-453), fornece as necessárias correspondências entre os reis referidos pelo sacerdote de Sebenitos e as *Listas de Abidos* (A), de *Sakara* (S), do *Cânone de Turim* (T) e da *Pedra de Palermo* (P). Neste Apêndice indicam-se igualmente as correspondências com os textos de F. Josefo (J), Júlio, o *Africano* (A) e Eusébio de Cesareia (E).

³⁶ Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: 8). Como diz John Dillery: «For the élite priesthood of Egyptian learning Greek meant learning, not just the language of the Greco-Macedonian, it meant learning, if at times only superficially, Greek literature and culture. It seems a reasonable assumption that in adopting the language of the new masters of Egypt, Manetho also became acquainted with the historical writing of the Greek» – Dillery (1999: 97). Vide Flávio Josefo, *Contra Apion*, I, 73, 74 = Waddell (1948, Fr. 42) = Jacoby, *FGrHist* 609, T7. Vide também Sales (2008: 93-99, 174-176).

³⁷ Waddell (1948, Appendix 1) – a tradução é nossa.

³⁸ Nascido em Sebenitos (egípcia Tjebnetjer, actual Samanud), cidade que pertencia ao 12º *nomos* do Baixo Egípcio, na parte setentrional do Delta, Maneton foi sumo sacerdote de Ré, em Heliópolis. A tradução é nossa a partir de Appendix 1 – Pseudo-Maneton, conservado por Sincelo (in Waddell, 1948). Vide também *Ibid.*, XI.

do universo»³⁹. A sua posição e actividade na hierarquia sacerdotal da época e a sua intimidade com os materiais egípcios são invocadas pelo próprio Maneton como garantia de habilitação específica para realizar e satisfazer a encomenda do soberano lágida⁴⁰.

Ptolomeu II pretendia, com base na documentação antiga a que Maneton podia aceder, que se escrevesse a história do «seu país» e que a Casa Real lágida surgisse agora como a herdeira natural dos faraós do passado, adoptando o seu modo de governação, como a última dinastia a ocupar o poder político no «país dos faraós»⁴¹.

A reflexão sobre esse passado multissecular egípcio, fundamental para o estabelecimento de uma continuidade «genealógico-cultural»⁴², parece ter sido acompanhada de um esforço paralelo de correcção dos erros e das interpretações erróneas que os historiadores gregos, especialmente o *pater historiae*, Heródoto, que Maneton, pela sua educação, lera, haviam transmitido sobre o Egipto⁴³. Neste sentido, Maneton é «Herodotus' best qualified ancient critic»⁴⁴.

³⁹ *Ibid.*, Appendix 1. A tradução é nossa.

⁴⁰ Verbrugge, Wickersham (2000: 107).

⁴¹ Cf. Manning (2009: 93).

⁴² Já no século V a.C., Heródoto testemunhara esta conservação dos testemunhos do passado egípcio: «*Les Égyptiens des régions où l'on ensemece la terre sont, de tous les hommes, les gens les plus attachés à leur passé, et, de tous ceux que j'ai pu interroger, les plus instruits de beaucoup sur ce sujet*» – Heródoto (1985, Livro II, 77).

⁴³ Cf. Jiménez Fernandez, Jiménez Serrano (2008: 22, 23). A cultura grega não era desconhecida para os mais elevados estratos do sacerdócio no início do período ptolomaico; cf. Manning (2009: 90). As discordâncias de Maneton em relação a Heródoto poder-se-ão explicar justamente pelos diferentes tipos de fontes convocados para as suas obras? Correspondem aos diferentes olhares e sentires de um *outsider*-visitante e de um *insider*-nativo? Vide Waddell (1948, Fr. 42) = Flávio Josefo, *Contra Ápion*, 14 = Jacoby, *FGrHist* 609, T7a: «em muitos pontos relativos à história do Egipto, [Maneton] acusa Heródoto de ter-se equivocado por ignorância» (ὕπ' ἀγνοίας). Vide também Dillery (1999: 97 e 104).

⁴⁴ Burstein (1992: 46). Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: 107). Foi essa «crítica a Heródoto» inerente ao trabalho do sacerdote egípcio que gerou a noção de que se tratava de um livro isolado por ele elaborado. Embora rejeitando explicitamente muitas das considerações de Heródoto (por exemplo, a datação das pirâmides), Maneton não escapou completamente à sua influência e aceitou as histórias sobre a tirania de Khufu – Waddell (1948, Fr. 14-16)/ Cf. Heródoto, 1985, Livro II, 124-126 – ou as conquistas universais de Sesóstris: «em nove anos dominou a Ásia e a Europa até à Trácia» (Frs. 34-36/Heródoto, 1985, Livro II, 102-110). Sobre as semelhanças e diferenças entre os relatos herodotiano e manetoniano Vide Verbrugge, Wickersham (2000: 100, 101). Sobre o conhecimento de Maneton sobre as histórias e relatos histórico-mitológicos helénicos, vide *Ibid.*, 107, 108. Como defendia E. Bevan, é de admitir, igualmente, que

A leitura dos fragmentos-citação da obra de Maneton que chegaram até nós parece consistir numa austera enumeração de nomes de reis e anos de reinado, destituída de interesse e significado maiores. No entanto, face ao contexto de produção a que aludimos, aos seus objectivos e à conjuntura política mediterrânica de inícios do século IV a.C. há uma subliminar intencionalidade que interessa captar e entender sob estes fragmentos, que seria ela própria, em nossa opinião, o nexos sustentador de toda a síntese de história pátria de Maneton.

Independentemente da maior ou menor profusão de elementos históricos, anedotas e peripécias, o tema central da obra de Maneton é justamente o papel e a acção dos antigos faraós egípcios. A sua obra é uma *königsnovelle* que recupera e reafirma a memória socio-política dos reis do passado egípcio. Todo a narrativa se organiza a partir deste núcleo e pretende, em última instância, ratificá-lo e reforçá-lo, colocando inquestionavelmente o faraó no centro do Estado. Os fragmentos mais prolixos em informação contribuem com noções, opiniões e críticas, mais ou menos explícitas, seleccionadas da antiga documentação, para a formulação do conteúdo funcional e qualificativo da monarquia ideal.

Embora seja um exercício interessante, é impossível determinar com rigor o tipo, a extensão e a categoria social (etnia, origem, posição social) da «audiência» da *Aegyptiaca*, certamente heterogénea e não completamente grega⁴⁵. Face à recepção da obra/ dos excertos que os autores antigos testemunham, é de aceitar que tenha sido esta concepção do faraó como centro do Estado que transmitiu aos seus leitores-destinatários gregos e grecizados (helenóforos não-gregos como o próprio Maneton), satisfazendo assim o próprio encomendador da obra. A informação disponibilizada e socialmente partilhada sobre o passado egípcio, supostamente de forma rigorosa, era, simultaneamente, uma forma de transmitir factos e concepções e um processo de influenciar e modelar (novos) hábitos políticos. As ideologias formam-se, transformam-se e reproduzem-se em grande medida através do discurso⁴⁶.

Neste particular, valorizamos a atenção conferida nos extractos de Maneton glosados pelos seus reutilizadores à XII dinastia⁴⁷. Poderá o interesse específico pelos primeiros faraós desta dinastia, Amenemhat I e Sesóstris/ Senuseret derivar de serem os primeiros a quem se pode indubitavelmente

Maneton na sua honesta reacção contra as adulterações da antiga história egípcia tentasse também reagir contra as confusas ideias «sans esprit critique» ensinadas «au Musée au sujet de l'histoire ancienne de son pays» – Bevan (1934: 105).

⁴⁵ Cf. Dillery (1999: 94). Vide também Manning (2009: 50-52).

⁴⁶ Cf. van Dijk (1999: 9, 19 e 287).

⁴⁷ Cf. Waddell (1948, Frs. 34-36) = Jacoby, *FGrHist* 609, F2, F3a e F3b.

atribuir co-regências nos tempos faraônicos?⁴⁸ Este «interesse» era, digamos assim, actualíssimo no tempo de Maneton, uma vez que Ptolomeu II Filadelfo reinou em co-regência com o pai Ptolomeu I Sóter de 284 a 282 a.C.⁴⁹ O melhor exemplo de co-regência faraônica vinha em auxílio e justificação da co-regência do presente lágida. Será também coincidência que a XII dinastia tenha coincidido também com um período de grande expansão e construção do Estado e da ideologia real?⁵⁰

A selecção dos informes de Maneton sobre a realeza, incorporando exemplos positivos e negativos dos atributos e características de reis do passado revela preocupações «historiográficas» que sugerem que o sacerdote de Sebenitos estava empenhado em fazer mais do que um mero registo cronístico-contabilístico. Neste sentido, a sua narrativa histórica do Egipto escapava aos tradicionais métodos de preservação do passado, as comuns listas reais. Os seus «juízos de valor», baseados, portanto, em valores ou normas⁵¹, são (novas) formas assumidas e intencionais de construção da ideologia real dos Lágidas e, em última instância, de apresentar o Estado ptolomaico como o herdeiro renovado e assim legitimado do antigo estado faraônico. O diálogo permanente entre o passado e o presente da *Aegyptiaca* e a combinação cronologia-narrativa (aquela assente nas listas reais, esta nos registos lendário-literários⁵²), representam uma consciente orientação e intencionalidade ideológicas tendentes a demonstrar que os novos soberanos encarnavam idealmente a realeza tal como definida pela tradição.

A «historicidade» das fontes oficiais egípcias a que teve acesso ajudava a fixar a ideologia dos Ptolomeus, a partir dos exemplos respigados do passado da monarquia egípcia. Ao mesmo tempo que consultava e utilizava os antigos textos «históricos» escritos, a *Aegyptiaca* de Maneton venerava a memória dos seus antepassados desaparecidos e proclamava a força e o prestígio da instituição real como instituição benéfica, necessária e imprescindível na organização social, qual supervisora e reguladora do tempo e da história. O mais significativo na obra de Maneton é que, pela primeira vez, em grego, um Egípcio instruíra estrangeiros sobre a história do seu país⁵³, para estes, no caso dos Lágidas, dela se apoderarem como lídimos faraós, legítimos «descendentes» dos quadros monárquicos do passado.

⁴⁸ Cf. Dillery (1999: 111, 112).

⁴⁹ Cf. Murname (1977: 95); Koenen (1977: 43) e Chauveau (1977).

⁵⁰ Cf. Manning (2009: 68, 69).

⁵¹ Os valores desempenham, reconhecidamente, um papel central na construção das ideologias; cf. van Dijk (1999: 101).

⁵² Esta combinação é provavelmente oriunda do mundo grego; cf. Dillery (1999: 113).

⁵³ Waddell (1948, XXVI).

Em nossa opinião, apesar de intimamente associado à corte de Ptolomeu Sóter (recorde-se a ajuda instrumental que terá prestado no estabelecimento do culto de Serápis⁵⁴), não se pode ver Maneton apenas como um simples «colaboracionista»; mas também não foi seguramente um «oposicionista» da Casa Real lágida⁵⁵. A sua obra é um documento oficial escrito em grego (como o Estado exigia); inscreve-se na historiografia política do reino dos Lágidas⁵⁶, que começara justamente com as histórias de Alexandre escritas pelo próprio Ptolomeu (futuro Ptolomeu I)⁵⁷ e o seu papel é o de um intelectual-ideólogo cuja posição na elite clerical egípcia do início da dinastia lágida lhe permitia o acesso privilegiado aos documentos do passado egípcio e o constituiu num activo «produtor e transmissor de ideologia» em língua grega.

A solicitada «inspiração» de Maneton ajudou a fixar e definir um Estado que, não obstante a sua génese e genealogia macedónico-grega, era híbrido: o Estado ptolomaico combinou aspectos e tradições institucionais múltiplas e diversas (gregas e egípcias)⁵⁸. A habilidade propagandística de Filadelfo contra o seu inimigo selêucida revelou-se na convocação de um sacerdote egípcio capaz de simultaneamente rescrever a história do Egipto, em grego, e, assim, exaltar o sentimento nacionalista, capaz de obter a lealdade e a confiança dos súbditos do novo protector do Egipto.

O confronto externo contra os Selêucidas forneceu a Ptolomeu II um argumento suficientemente válido para a própria consolidação do governo interno no país. O estabelecimento de diferenças e demarcações face aos «estrangeiros» da Síria pressupunha uma aproximação e identidade com os naturais do Egipto. Estamos perante a vertente directa e pragmática da ideologia ptolomaica. Os novos reis macedónios do Egipto procuravam preencher os requisitos do papel tradicional do faraó e, ao mesmo tempo, consolidar a sua dominação face aos diádocos e epígonos rivais⁵⁹.

⁵⁴ Cf. Jacoby, FGrHist 609, T3 = Plutarco, *De Iside et Osiride*, 28 = Waddell (1948, Fr. 80).

⁵⁵ Cf. Dillery (1999: 111).

⁵⁶ Infelizmente, «de l'historiographie des Ptolémées, il ne reste quasi rien» (Préaux, 1978: 85). Não foi, todavia, apenas a literatura histórica que desapareceu: o mesmo se aplica aos escritos filosóficos, à poesia lírica e épica, à obra de médicos, astrónomos e geógrafos (Cf. *Ibid.*, 28). São, porém, conhecidos vários tratados sobre o Egipto (*Aegyptiaca*) atribuídos a outros autores gregos: Aristágoras de Mileto, Asclepiades de Mendes, León de Pella, Lisímaco de Alexandria, Queremon de Alexandria, Liceas de Náucratis, Trasilo de Mendes ou Ápion, entre outros – Cf. Gómez Espelósín (1997: 180, 181).

⁵⁷ Cf. Schepens (1983: 360, 364).

⁵⁸ Cf. Manning (1999: 3, 4).

⁵⁹ Cf. García Moreno (1991: 115).

A *Aegyptiaca* de Maneton constituiu, neste sentido, simultaneamente, uma importante revisão da história do Egípto, redigida na língua cultural e da burocracia estatal de então predominante, o grego⁶⁰.

Conclusão

A partir das passagens da *Aegyptiaca* que sobreviveram e chegaram até nós, é possível, portanto, em nossa opinião, identificar alguns vectores-chave da narrativa manetoniana que podemos generalizar para toda a sua síntese historiográfica: 1º) foi uma encomenda do novo poder político do Egípto; 2º) trata-se de um trabalho redigido em grego, com recurso a antigas fontes egípcias; 3º) um dos seus objectivos era transmitir uma visão actualizada e documentada da antiga história do Egípto, susceptível de alterar os mal-entendidos e as deturpações até então produzidas por outros autores gregos; 4º) a reflexão sobre o passado incide quase exclusivamente sobre a acção e o papel dos antigos faraós/da antiga realeza, recuperando sobretudo elementos valorizados pela tradição.

A obra de Maneton reforçou a «identidade corporativa» entre rei e sacerdotes e a massa de informações recolhida e exposta passou a integrar os *ta basilika hypomnémata*, «as memórias reais [lágidas]»⁶¹. A própria conjuntura política internacional em que a obra de Maneton surgira – face aos interesses selêucidas – justificava a sua inclusão no repertório das peças de chancelaria do reino lágida. O erudito sacerdote ao serviço dos Lágidas⁶², qual *basilikos grammateus* altamente especializado, filiou a nova Casa Real na tradição autóctone, projectando-se sobre o passado egípcio e assegurando-lhe dessa forma um legado patrimonial de considerável importância para as novas configurações do presente e do futuro. A idealização do passado servia como modelo para o presente ideal – e também para o futuro. É neste sentido que a obra de Maneton é um instrumento da estratégia ideológica do poder lágida.

Ao poder real lágida interessava particularmente sublinhar a singularidade do passado faraónico, reforçar o papel da monarquia e do soberano e apre-

⁶⁰ J. G. Manning considera o Estado ptolomaico como um «império burocrático pré-moderno» - Cf. Manning (2009: 55).

⁶¹ Cf. Huss (1999: 118). Apesar da prevalência do princípio da identidade corporativa, W. Huss não deixa, contudo, de frisar que essa «identidade corporativa» teve, na prática, ao longo dos anos, de se confrontar com interesses e objectivos políticos divergentes e até «oposições conceptuais» (cf. *Ibid.*, 122-124).

⁶² É Eliano quem, no *De Natura Animalum* 10, 16, se refere a Maneton como «a man who reached the pinnacle of erudition» - Cf. Verbrugge, Wickersham (2000: 122, T5 e 170, F29a) =Jacoby, *FGrHist* 609, T14b = Waddell (1948, Fr. 81).

ender as realizações históricas da realeza egípcia. É delineada uma espécie de trama histórica, em que a história dos faraós, na sua ordem de sucessão oficial, mesmo com os lapsos, omissões e saltos, intencionais ou ocasionais, era o fundamento e o alicerce da própria consolidação política, continuidade e legitimidade da realeza, fosse ela autóctone ou não. A (re)escrita da história era um prolongamento e repetição da criação original, pelo que os acontecimentos e instituições dignas de registo deviam constituir estereótipos fundamentais, sacralizados, dos tempos presente e vindouro. É também neste sentido que a *Aegyptiaca* de Maneton contribui para a recriação/refundação do Estado egípcio. A valorização da ligação à história e à memória do Egito antigo instituía-se em argumento estruturante e fundacional da dominação ptolomaica.

Bibliografia

- Armayer, O. K. (1985). «Herodotus' influence on Manethon and the implication for Egyptology», *Classical Bulletin* 61, 7-10.
- Baraibar López, J. (1986). *Manetón y la egiptología griega*, Madrid.
- Baud, M. (2000). «Les frontières des quatre premières dynasties. Annales royales et historiographie égyptienne», *Bulletin de la Société Française d'Égyptologie*, 149, 32-46.
- Baud, M.; Dobrev, V. (1995). «De nouvelles annales de l'Ancien Empire égyptien. Une «Pierre de Palerme» pour la VIe dynastie» em *Bulletin de la Société Française d'Égyptologie*, 144.
- Bevan, E. (1934). *Histoire des Lagides. 323 à 30 av. J.-C.*, Paris.
- Burstein, S. M. (1992). «Hecataeus of Abdera's History of Egypt» em Johnson, J. H. (ed.), *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond*, Chicago, 45-49.
- Chauveau, M. (1997). «Ères nouvelles et corérences en Egypte ptolémaïque» em *Akten des 21. Internationalen Papyrologenkongresses, Berlin 1995. Archiv für Papyrusforschung, Beiheft 3*, Leipzig, Stuttgart, 163-171.
- Dillery, J. (1999). «The first Egyptian narrative history: Manetho and Greek historiography», *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 127, 93-116.
- Drioton, É.; Vandier, J. (1975). *L'Égypte, des origines à la conquête d'Alexandre*, Paris.
- Fraser, P. M. (1972). *Ptolemaic Alexandria*, vol. I, Oxford.
- García Moreno, L. A. (1991). «El Egito indígena y la monarquía tolemaica» em García Moreno, L. A.; Pérez Largacha, A. (eds.), *Aegyptiaca Complutensia nº 1. De Narmer a Ciro (3150 a.C.-642 d.C.)*, Alcalá de Henares, 115-120.
- Gardiner, A. (1961). *Egypt of pharaohs. An introduction*, Oxford.

- Gómez Espelósín, F. J. (1997). «La ruta de los sabios. Topico y verdad del viaje a Egipto a lo largo de la cultura griega» em *Aegyptiaca Complutensia III. Egipto y el exterior. Contactos e influencias*, Alcalá de Henares, 163-185.
- Gozzoli, R. B. (2006). *The writing of history in ancient Egypt during the first millenium BC (ca. 1070-180 BC): trends and perspectives*, London.
- Heródoto (1985). *L'Enquête. Livres I à IV*, Paris.
- Huss, W. (1999). «Le basileus et les prêtres égyptiens» em Valbelle, D.; Leclant, J. (dir.), *Le décret de Memphis. Colloque de la Fondation Singer-Polignac à l'occasion de la célébration du bicentenaire de la découverte de la Pierre de Rosette*, Paris, 117-126.
- Husson, G.; Valbelle, D. (1992). *L'état et les institutions en Egypte. Des premiers pharaons aux empereurs romains*, Paris.
- Jacoby, F. (1923-1958). *Die Fragmente der Griechischen Historiker (= FGHist)*, Vols. I-III, Leiden, Berlim.
- Jiménez Fernandez, J.; Jiménez Serrano, A. (2008). *Historia de Egipto – Manetón*, Madrid.
- Johnson, J. H. (1986). «The role of the egyptian priesthood in ptolemaic Egypt» em Lesko, L. H. (ed.), *Egyptological studies in honor of Richard A. Parker*, Hanover, London, 70-84.
- Lloyd, A. B. (1982). «Nationalist propaganda in ptolemaic Egypt», *Historia. Journal of Ancient History*, 33-55.
- (1988). *Herodotus, Book II. Commentary 99-182*, Leiden, New York, Kobenhavn, Köln.
- Málek, J. (1997). «La division de l'histoire d'Égypte et l'Égyptologie moderne», *Bulletin de la Société Française d'Égyptologie*, 138, 6-17.
- Manning, J. G. (2009). *The last pharaohs. Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton.
- Mendels, D. (1990). «The Ptolemaic Character of Manetho's Aegyptiaca» em Verdin, H.; Schepens, G.; Keyser, E. (eds.), *Studia Hellenistica 30. Purposes of History*, Leuven, 91-110.
- Moulin, P. E. (1991). «Manéthon avait raison» em *Akten des Vierten Internationalen Ägyptologen Kongresses München 1985*, Band 4, Hamburgo, 67-80.
- Murnane, W. J. (1977). *Ancient Egyptian Coregences*, Chicago.
- Murray, O. (1970). «Hecataeus of Abdera and Pharaonic Kingship», *The Journal of Egyptian Archaeology* 56, 141-171.
- Peremans, W. (1987). «Les Lagides, les élites indigènes et la monarchie bicéphale» em Lévy E. (ed.), *Le système palatial en Orient, en Grèce et à Rome: actes du Colloque de Strasbourg, 19-22 juin 1985*, Leiden, 327-343.
- Plutarco (1995). *Traité d'Isis et d'Osiris*, Paris.
- Préaux, Cl. (1978). *Le monde hellénistique. La Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.)*, Tome Premier, Paris.

- Quaegebeur, J. (1979). «Documents égyptiens et rôle économique du clergé en Égypte hellénistique» em Lipiński, E. (ed.), *State and temple in the Ancient Near East. II*, Leuven, 707-729.
- Redford, D. B. (1986a). «The name Manetho», em Lesko, L. H. (ed.), *Egyptological studies in honor of Richard A. Parker*, Hanover, London, 118-121.
- (1986b). *Pharaonic King-Lists, Annals and Day-Books: A Contribution to the Study of the Egyptian Sense of History*, Mississauga.
- (2001). «Manetho», em *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, Oxford, New York, Cairo, 336-337.
- Sales, J. C. (2001). «A obra de Maneton e o culto alexandrino a Serápis: dois instrumentos de organização da memória ptolomaica», *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, nº 3, 61-87.
- (2005). *Ideologia e propaganda real no Egípto Ptolomaico (305-30 a.C.)*, Lisboa.
- (2008). *Poder e Iconografia no antigo Egípto*, Lisboa.
- Samuel, A. E. (1993). «The Ptolemies and the ideology of kingship», em *Hellenistic history and culture*, Berkeley, Los Angeles, 168-210.
- Schepens, G. (1983). «Les rois ptolémaïques et l'historiographie. Réflexions sur la transformation de l'histoire politique» em Van't Dack, E. ; van Dessel, P. ; van Gucht, W. (eds.), *Egypt and the Hellenistic World. Proceedings of the International Colloquium. Leuven. 24-26 May 1982*, 351-368.
- Tavares, A. A. (1983). *Estudos da Alta Antiguidade*, Lisboa.
- Thissen, H. J. (1980), «Manetho», em *Lexikon der Ägyptologie*, III, Wiesbaden, cols. 1180-1181.
- Thompson, D. J. (1992a). «Language and literacy in early hellenistic Egypt», em Bilde, P.; Engberg-Pedersen, T.; Hannestad, L.; Zahle, J. (eds.), *Ethnicity in hellenistic Egypt*, Studies in Hellenistic Civilization III, Aarhus, 39-52.
- (1992b). «Literacy and the administration in early ptolemaic Egypt», em Johnson, J. H. (eds.), *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond*, Chicago, 323-326.
- (1994). «Literacy and Power in Egypt» em Bowman, A.; Woolf, G. (eds.), *Pagan Priests and Power in the Ancient World*, Cambridge, 67-83.
- (1999). «Cultura escrita y poder en el Egípto ptolemaico», em Bowman, A. K.; Woolf, G. (compiladores), *Cultura escrita y poder en el mundo antiguo*, Barcelona, 111-134; 347-349.
- Van Dijk, T. A. (1999). *Ideología. Un enfoque multidisciplinario*, Barcelona.
- Verbrugge, G. P.; Wickersham, J. M., (2000). *Berosos and Manetho, Introduced and translated. Native traditions in Ancient Mesopotamia and Egypt*, Michigan.
- Waddell, G. (1948). *The Aegyptiaca of Manetho*, London.